

ATA DA 272ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO PAULO

SÃO PAULO, 08/07/2021

PRESIDENTE

EDSON APARECIDO DOS SANTOS

COORDENADOR DA COMISSÃO EXECUTIVA

LEANDRO VALQUER JUSTINO LEITE DE OLIVEIRA

SECRETÁRIO GERAL DO CMS-SP

JÚLIO CÉSAR CARUZZO

LISTA DE PRESENÇA

I – Conselheiros Presentes

Representantes da Sociedade Civil:

MARIA AUXILIADORA CHAVES DA SILVA (TITULAR) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE LESTE

ALBERTINA SOUZA RIBEIRO JUSTINO (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE LESTE

ADRIANA RAMOS COSTA MATEUS (TITULAR) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE SUDESTE

MARCIONÍLIA NUNES DE SOUZA (TITULAR) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE CENTRO

ANDERSON PEREIRA LOPES (TITULAR) REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE SUL

ELZA CALIXTO LIMA (SUPLENTE) REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE SUL

CIRLENE SOUZA MACHADO (TITULAR) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE NORTE

JAQUELINE TEIXEIRA DOS SANTOS (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS

JOCILEIA NEIA DA COSTA (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS

RICARDO MARCIANO DE SOUZA (SUPLENTE) - REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS

ZANDRA FÁTIMA BAPTISTA (TITULAR) - REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS

MARTA ANTÔNIA SOARES (TITULAR) - REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS

MÁRIO FRANCISCO FRANÇA DA SILVA (TITULAR) - REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS

VITA AGUIAR DE OLIVEIRA (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS PORTADORES DE PATOLOGIAS

NADIR FRANCISCO DO AMARAL (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS PORTADORES DE PATOLOGIAS

PATRÍCIA PEREZ E SILVA DE FREITAS (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS PORTADORES DE PATOLOGIAS

PAMELLA DE FREITAS SAIÃO SCAFURA (TITULAR) – REPRESENTANTE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

GILBERTO FRACHETTA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

EDUARDO GIACOMAZZI (TITULAR) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES PATRONAIS

CARLOS MIGUEL BARRETO DAMARINDO (TITULAR) – REPRESENTANTE DAS CENTRAIS SINDICAIS

ISMAEL GIANERI (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DAS CENTRAIS SINDICAIS

Representantes dos Trabalhadores em Saúde:

JOSÉ ERIVALDER GUIMARÃES DE OLIVEIRA - (TITULAR) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS CATEGORIA SAÚDE

DEODATO RODRIGUES ALVES (TITULAR) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS CATEGORIA SAÚDE

VALTER MARTINS - (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS CATEGORIA SAÚDE

LEANDRO VALQUER JUSTINO LEITE DE OLIVEIRA (TITULAR) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS GERAIS
SILAS LAURIANO NETO (TITULAR) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS GERAIS
CLÁUDIO ANDERSON RODRIGUES DE SOUZA (TITULAR) – REPRESENTANTE CONSELHOS REGIONAIS FUNÇÃO FIM
MARGARETH ANDERAOS (SUPLENTE) – REPRESENTANTE CONSELHOS REGIONAIS FUNÇÃO FIM
ALEXANDER DE CARLO FREITAS NAVARRO (TITULAR) – REPRESENTANTE DAS ASSOCIAÇÕES DE PROFISSIONAIS LIBERAIS

Representantes das Instituições Governamentais:

JORGE HARADA (TITULAR) – REPRESENTANTE DA UNIVERSIDADE PÚBLICA
REINALDO JOSÉ TOCCI (TITULAR) – REPRESENTANTE DO PRESTADOR LUCRATIVO

Representantes do Poder Público:

MARTA LOPES DE PAULA CIPRIANO- (SUPLENTE) - REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO
FRANCIS DA SILVA FERNANDES (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO
MARILDA SILVA SOUSA TORMENTA (TITULAR) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO
NELZA AKEMI SHIMIDZU (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO
MARCELO MONTEIRO PINTO (TITULAR) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO

II – Justificativas de ausência:

EDSON APARECIDO DOS SANTOS – PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DA SAÚDE DE SÃO PAULO
ALESSANDRA ESTEVÃO DA ROCHA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE SUDESTE
DÉBORA ALIGIERI (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE CENTRO
RUBENS ALVES PINHEIRO FILHO (TITULAR) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE OESTE
GIVANILDO OLIVEIRA DOS SANTOS (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE OESTE
PAULO MOURA DA SILVA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE NORTE
MARISA ROSA BARBOSA DA SILVA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS
JILSOMAR PINHEIRO DA SILVA (SUPLENTE) - REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS
DAVI ALVES SENA (SUPLENTE) - REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS
SUELY LIMA (SUPLENTE) - REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS
MARGARETE APARECIDA DE OLIVEIRA PRETO (TITULAR) - REPRESENTANTE DOS PORTADORES DE PATOLOGIAS
JOSÉ HENRIQUE MARQUES CAMARGO (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES PATRONAIS
FLÁVIA ANUNCIAÇÃO DO NASCIMENTO (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS GERAIS
ANA LÚCIA FIRMINO - (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS CATEGORIA SAÚDE
JOSÉ CARLOS SALVADOR (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS GERAIS
JULIA PAGANO COSTA (TITULAR) – REPRESENTANTE CONSELHOS REGIONAIS FUNÇÃO FIM
JAMES FRANCISCO PEDRO DOS SANTOS (SUPLENTE) – REPRESENTANTE CONSELHOS REGIONAIS FUNÇÃO FIM
NEIDE APARECIDA SALES BISCUOLA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DAS ASSOCIAÇÕES DE PROFISSIONAIS LIBERAIS
MARCO AKERMAN (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DA UNIVERSIDADE PÚBLICA
MARIA DA PENHA MONTEIRO OLIVA (TITULAR) – REPRESENTANTE DA UNIVERSIDADE PRIVADA
JASON GOMES RODRIGUES SANTOS (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DA UNIVERSIDADE PRIVADA
CARLOS ALBERTO FERREIRA GOULART -(SUPLENTE) - REPRESENTANTE DO PRESTADOR LUCRATIVO
VERA MARIA DA SILVA RIBEIRO (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS PRESTADORES FILANTRÓPICOS
FERNANDA SILVA FUSCALDI (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS PRESTADORES FILANTRÓPICOS
FABIO HENRIQUE SALLES– (TITULAR) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO
RITA DE CASSIA BATISTA (TITULAR) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO
DRAUSIO SOARES FILHO (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO

III – Ausentes:

Em virtude da realização da reunião através de videoconferência, onde alguns conselheiros não puderam ter acesso ou relataram dificuldades no uso da ferramenta Cisco Webex, os ausentes terão justificativa garantida.

ATA ELABORADA PELA EQUIPE TÉCNICA DO CMS/SP:

JAIR ALVES – ASSISTENTE TÉCNICO

DIGITAÇÃO:

MILTON PEREIRA LIMA – AGPP

SUELI DE OLIVEIRA GIMENEZ – AGPP

REVISÃO GERAL:

JÚLIO CÉSAR CARUZZO – SECRETÁRIO GERAL

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva: Inicia a reunião, cumprimenta a todos.

Júlio César Caruzzo, Secretário Geral: Lê a pauta da reunião:

Pauta

A- Aprovação da Ata da 271ª Reunião Plenária Ordinária;

B- Informes da Mesa;

C- Informes dos Conselheiros;

D- Informes das Comissões;

E- Ordem do Dia:

- Situação da Covid-19 no município de São Paulo;
- 21ª Conferência Municipal de Saúde de São Paulo;
- Credenciamento e Homologação de 15 Equipes Consultório na Rua;
- Credenciamento de 200 Equipes Saúde da Família e 2.480 Agentes Comunitários de Saúde.

Deliberações

- Moção de Apoio à Recomendação nº 12, do Conselho Nacional de Saúde, que Recomenda a rejeição da consulta pública, realizada pelo Ministério da Saúde sobre a denominação "Política Nacional de Saúde Suplementar para o Enfrentamento da Pandemia da COVID-19;
- Inclusão nas Atas das reuniões ordinárias do Pleno do CMS, as apresentações das palestras realizadas na Comissão de Patologias e Doenças Raras, sobre os temas "Doenças Raras e Patologias de maior prevalência.
- Pleno extraordinário, ampliado, para aprovação de diretrizes para inclusão nos instrumentos de gestão.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva: Propõe a inversão da pauta, passando a Ordem do Dia para o primeiro ponto de pauta, em seguida deliberações e depois disso os informes.

Maria Auxiliadora Chaves da Silva, Conselheira Suplente representante do Movimento Popular de Saúde Leste: Solicita que seja colocado no item Deliberações a sua substituição pela conselheira Cirlene, na Mesa Técnica da Covid-19.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva: Pergunta se mais alguém tem alguma

solicitação de inclusão. Não houve manifestação, sendo aprovada a inversão da pauta com a inclusão solicitada pela Auxiliadora.

Júlio César Caruzzo, Secretário Geral: Pede para aprovar a Ata da 271ª Reunião Plenária Ordinária.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva: Coloca em votação, sendo aprovada por aclamação.

Júlio César Caruzzo, Secretário Geral: Informa ainda a substituição no segmento dos usuários, Movimento Social e Comunitários – FACESP, saindo a Sra. Maria Aparecida da Conceição Prado de Camargo e entrando o Sr. Ricardo Marciano de Souza.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva: Ordem do Dia: Situação da Covid-19 no município de São Paulo. Diz que foi solicitado que houvesse alguém da Atenção Básica ou da COVISA para participar e pergunta se estão presentes.

Miriam Carvalho de Moraes Lavado, Assessora de Gestão Participativa da SMS: Informa que o pessoal da COVISA está acompanhando e que pretendem continuar debatendo, inclusive com o pessoal da Coalizão, que está presente. Diz que o que se tem como novidade é a retomada do atendimento na Atenção Básica, retomada dos agendamentos, o que é bastante importante, informado na última reunião da Mesa Técnica, na semana passada. Fala sobre o Painel de Monitoramento que todos podem acompanhar e que os representantes do CMSSP na Mesa Técnica (Joyce, Erivalder, Auxiliadora) podem falar. Pretendem ainda apresentar aos conselheiros o E-Saúde, plataforma que atende telemedicina. Não tem nenhuma apresentação prevista.

Pâmella de Freitas Saião Scafura, Conselheira Titular representante da Pessoa com Deficiência: Faz parte da Mesa Técnica, mas não falará porque faltou na última reunião.

Vita Aguiar de Oliveira, Conselheira Titular representante dos Portadores de Patologias: Acha importante conhecerem o E-Saúde, como funciona a regulação dentro dele, a bipartite... Quer saber como está a questão das vacinas que foram aplicadas vencidas, como está o recolhimento delas?

Maria Auxiliadora Chaves da Silva, Conselheira Suplente representante do Movimento Popular de Saúde Leste: Quer saber mais detalhes sobre as sobras denominadas “xepas”. Precisam se apropriar do E-Saúde, elogia o Vacinômetro e ressalta a necessidade de vacinas. Precisam de uma campanha que alerte sobre a importância da vacinação.

Jociléia Néia da Costa, Conselheira Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Lembra que no último pleno o Dr. Jorge Kayano falou sobre a pesquisa do Instituto Pólis: vacinas x desigualdade social. Acha que deveria ser um ponto de pauta para resolução dessa problemática. Diz que na periferia tem mais COVID porque tem menos vacinação.

Nadir Francisco do Amaral, Conselheiro Suplente representante dos Portadores de Patologias: Pergunta sobre aqueles que não tomaram vacina e qual o percentual de idosos.

Luiz Henrique Gomes de Souza, Assessor da COVISA: Sobre vacina vencida, foi investigado, ainda não concluído, mas verificou-se que a maior parte foi de erro no sistema e estão sendo corrigidos. Quanto

a reportagem veiculada pela Folha/Uol, foi muito infeliz. Até o presente momento não foi encontrado nenhum indício de vacinas vencidas aplicadas na população, ao contrário, estão recebendo as vacinas e elas sendo aplicadas automaticamente. Sobre “xepa” não entendeu o critério ou a pergunta da Auxiliadora.

Maria Auxiliadora Chaves da Silva, Conselheira Suplente representante do Movimento Popular de Saúde Leste: Esclarece que algumas pessoas se inscreveram para “xepa” e ainda não foram chamadas, quer saber quais os critérios.

Luiz Henrique Gomes de Souza, Assessor da COVISA: Explica os critérios para doses remanescentes: em primeiro lugar as lactantes com comorbidades, em segundo lugar os estudantes e estagiários de serviços de saúde e, em terceiro lugar a população com mais de 18 anos. É um público bem grande e talvez por isso a informação de que em algumas UBS a fila é muito grande. Diz que xepas não são regra e sim exceção e que acontece mais nos casos de Coronavac, cujo prazo de validade é de 06 horas depois de aberta. São distribuídas aproximadamente duas mil doses remanescentes. Sobre a vacinação para idosos, diz que 95% da população com idade entre 50 a 54 anos já tomou a primeira dose e 95% da população acima de 70 anos já tomou a segunda dose. Frisa que a vacinação está acelerando.

Beto Gonçalves, Coalização pela Vida: Diz que dividirá seu tempo com a Sra. Graça Xavier, coordenadora da Coalizão. É jornalista especializado em sustentabilidade e mudanças climáticas e na Coalizão é representante do Grupo de Prevenção Integrada da Covid-19 – GPIC, criado no final de fevereiro por um grupo de cidadãos preocupados com a pouca importância que o poder público, sociedade, mídia e setor privado tem dado para a parte de prevenção à doença. Diz que a prevenção é muito mais barata e evita sequelas. Em 08/04 foi fundada a Coalizão pela Vida, com 15 entidades, hoje são 26.

- Objetivo: Sensibilizar poder público, setor privado, mídia e sociedade para a necessidade urgente de priorizar ações de prevenção no combate à COVID-19, sobretudo nos territórios mais vulneráveis à pandemia.
- Marcas da Coalizão: recorte territorial (cidade de São Paulo); foco na prevenção (custa menos e salva mais vidas); defesa de gestão da pandemia combinada com o combate às desigualdades sociais, étnico-raciais e de gênero.
- Quem participa: ONGs, movimentos sociais, redes da sociedade civil e organizações acadêmicas (Mackenzie, Unifesp e USP)

Integrantes

- Ação Educativa
- Associação das Médicas e Médicos pela Democracia (ABMMD-SP)
- Associação Profissão Jornalista (APJor)
- BrCidades - rede de debate e construção de uma agenda para as cidades brasileiras
- Brigada pela Vida
- Central de Movimentos Populares (CMP)
- Coalizão Negra por Direitos
- Coordenação Nacional de Entidades Negras (CONEN)
- Consulados das Famílias LGBTQI+
- Coletivo Evangélicas pela Igualdade de Gênero
- Diretório Acadêmico da FAU/Mackenzie (DAFAM)
- EMAU Mosaico (FAU/Mackenzie)

- Família Seth (LGBTQI+)
- Federação das Associações Comunitárias do Estado de São Paulo (FACESP)
- Fórum Municipal de Economia Solidária de São Paulo
- Grupo de Prevenção Integrada da COVID-19 (GPIC)
- LabCidade - Laboratório Espaço Público e Direito à Cidade (FAU/USP)
- Observatório de Lutas Urbanas do Instituto das Cidades da Unifesp (OLU-IC-Unifesp)
- Marcha das Mulheres Negras de São Paulo
- Movimento Negro Unificado (MNU)
- Rede Democracia e Participação
- Rede Nossas Cidades
- Rede Periférica LGBTI Família Stronger
- Serviço Franciscano de Solidariedade (SEFRAS)
- União dos Movimentos de Moradia (UMM)
- Visão Mundial

Iniciativa

- Apelo Público ao Prefeito de São Paulo (27/4/2021)
- Aliança Parlamentar contra a Covid-19 (24 parlamentares, sendo 14 vereadores; criada em 11/6/2021)
- Agenda Emergencial de Prevenção à Covid-19
- Minuta do PL de Proteção à População contra a Covid-19
- Projeto Piloto da Força-Tarefa de Ações Integradas de Prevenção à Covid-19

EIXOS DA AGENDA

EMERGENCIAL, DO PROJETO DE LEI E DO PROJETO PILOTO DA FORÇA-TAREFA

1. Alinhamento com a Agenda Municipal 2030 e os ODS da ONU
2. Transparência, participação social e políticas públicas
3. Prevenção, controle e proteção à vida
4. Prioridade para a vacinação nos territórios vulneráveis à Covid-19
5. Apoio socioeconômico e de saúde à população mais afetada pela pandemia

Graça Xavier, Coalização pela Vida: Continua a apresentação.

AGENDA EMERGENCIAL DE PREVENÇÃO À COVID-19

Transparência, participação social e políticas públicas

- Mesa de Diálogo entre PMSP, sociedade civil, setor privado, comunidade acadêmica, conselhos de participação social, CMSP e MP.
- Participação da Coalizão na Mesa Técnica sobre Covid-19 do Conselho Municipal de Saúde.
- Comitê técnico-científico multidisciplinar, independente e consultivo para assessorar a PMSP na política da Covid.

- Acesso facilitado aos dados sobre a pandemia.
- Inserir o combate à Covid no processo de implementação da Agenda Municipal 2030 e dos ODS da ONU.

Prevenção, controle e proteção à vida

- Fortalecimento da atenção primária com a contratação de agentes comunitários de saúde, médicos do extinto Mais Médicos para reforçar as ações de prevenção e rastreadores de contato.
- Testagem em massa com antígenos e RT-PCR (não apenas para sintomáticos), rastreamento de contatos e seu isolamento por duas semanas. Meta: multiplicar por pelo seis vezes a quantidade média diária de testagens.
- Distribuição de máscaras PFF2 e similares no transporte público, escolas e unidades de saúde com orientações para seu uso adequado.
- Campanhas de educação, comunicação e cultura para a prevenção à Covid-19 nos meios digitais e físicos (terminais de transporte público, Jornal do Ônibus, imprensa etc.).

prevenção, controle e proteção à vida

protocolos de segurança sanitária

- Tornar obrigatório o cumprimento de protocolos de segurança sanitária que protejam trabalhadores e usuários de setores essenciais.
- Fiscalização das normas e aplicação de penalidades em casos de seu descumprimento.
- Prioridade à proteção de caixas de supermercados e do comércio em geral, comerciários, frentistas, garis, domésticas, garçons, cozinheiros, motoristas e cobradores, profissionais da saúde, vigilantes, motoristas de táxi e aplicativos, professores, funcionários e alunos das escolas.

Para equipamentos públicos

- Escolas: padrões elevados de segurança sanitária para as aulas presenciais, implicando reformas para melhorar a ventilação, pias com alturas adequadas aos alunos, vacinação plena de toda a comunidade escolar, distanciamento de 2 metros e testagens semanais com rastreamento e isolamento (não apenas dos casos sintomáticos).
- Transporte público: fim das aglomerações, aumento e fiscalização das frotas, melhoria da ventilação natural dos veículos com a reinclusão de janelas e a obrigatoriedade do uso de máscaras PFF2 ou similares durante a pandemia.

prioridade para a vacinação nos territórios vulneráveis

- Priorização da vacinação nas áreas mais afetadas pela Covid-19 e com taxas de mortalidade mais elevadas que as taxas médias da cidade e onde as taxas de imunização estão mais baixas;
- Uso de unidades móveis e de mais pontos de vacinação nos territórios mais afetados pela Covid-19;
- Campanhas de esclarecimento sobre a necessidade de alcançar a imunidade coletiva e reduzir a circulação do vírus com medidas não farmacológicas.

apoio socioeconômico e de saúde à população mais afetada

- Apoio ao isolamento sanitário: organização dos serviços de assistência social e saúde para apoiar a quarentena da população mais vulnerável à Covid;
- Mobilização da rede de proteção social por meio dos CRAS: prover auxílio de renda, alimentar e ajuda no aluguel para os mais vulneráveis;
- Segurança alimentar: ampliação da rede de restaurantes populares e cozinhas comunitárias com maior oferta de alimentos orgânicos em aliança com a Frente Parlamentar contra a Fome;
- Renda emergencial: Aumento no valor da renda emergencial e ampliação do período de pagamento aos beneficiários;

apoio socioeconômico e de saúde à população mais afetada

- Habitação 1: suspensão do cumprimento de mandados de reintegração de posse e imissão na posse, despejos e remoções judiciais ou extrajudiciais na pandemia;
- Habitação 2: suspensão das mensalidades dos programas habitacionais públicos para a baixa renda; tarifa social de água e luz ou fornecimento gratuito para as populações vulneráveis;
- População em situação de rua: deve ser assistida com testagem (não só de casos sintomáticos), rastreamento, isolamento, vacinação e todo amparo na alimentação, suporte sanitário e cuidados médicos;
- Ações focadas nas minorias: LGBTQIA+, população negra, migrantes e refugiados, mulheres grávidas e puérperas com apoio das UBS, como a da Santa Cecília;
- Saúde: criação de um programa específico para pessoas com Covid longa e sequelas temporárias e permanentes com apoio psicológico e psiquiátrico.

PROJETO PILOTO DA FORÇA-TAREFA DE AÇÕES INTEGRADAS DE PREVENÇÃO À COVID-19

- Definição de área em um território vulnerável com expressiva sobremortalidade por Covid-19 para a implementação de projeto inspirado no Conexão Saúde, executado na favela da Maré, no Rio de Janeiro, pela Rede da Maré em parceria com a Fiocruz;
- Campanhas de educação e comunicação, testagem em massa (não só de sintomáticos) com rastreamento e isolamento, atendimento psicológico, segurança alimentar e apoio em renda, distribuição de máscaras PFF2 e prioridade da vacinação para os vulneráveis;
- Parceiros da proposta do piloto: Coalizão (idealizadora e mobilizadora de atores) e potenciais executores - Unifesp, PMSP e Brigada pela Vida de Sapopemba.

POR UMA LEI DE PROTEÇÃO DE PROTEÇÃO DA POPULAÇÃO CONTRA A COVID-19

- Projeto de lei que cria o Programa Municipal de Proteção à População contra a Covid-19 (PMPPC);
- Minuta no momento possui 15 artigos abrangendo os cinco eixos temáticos da Coalizão: alinhamento com a Agenda Municipal 2030 e os ODS da ONU; transparência e participação; prevenção, controle e proteção à vida; apoio socioeconômico e de saúde; e prioridade da vacinação para a população vulnerável à pandemia.

PROJETO DE LEI Nº / 2021

Dispõe sobre o estabelecimento do Programa Municipal de Proteção à População contra a Covid-19.

Artigo 1º - Esta Lei cria o Programa Municipal de Proteção à População contra a Covid-19 (PMPPC), em razão da emergência em saúde pública, definindo ações de prevenção, cuidado e apoio, voltadas prioritariamente aos territórios e grupos populacionais vulneráveis à pandemia causada pelo novo coronavírus.

JUNTOS PARA SALVAR VIDAS

Contatos com a Coalizão pela Vida:

coalizaopelavidasp@gmail.com

Página provisória da iniciativa na web:

<https://sp.unmp.org.br/categoria/coalizacao-pela-vida/>

Convidado Dr. Jorge Kayano: Reforça as palavras do Beto e da Graça. Diz que também participa da Coalizão, principalmente com o pessoal da Brigada pela Vida. Fala que o momento exige ações intersecretariais muito maiores e que o prefeito precisa se envolver mais diretamente. Estranha a informação de que as pessoas com mais de 60 anos estejam com alta cobertura em segunda dose. Conseguiram através da Lei de Acesso à Informação, os dados de vacinação, realizadas em segunda dose, para pessoas acima de 60 anos, por cada uma das 310 áreas de ponderação de São Paulo, que é um detalhamento um pouco maior do que os 96 distritos administrativos, recebem por faixa etária e dá para fazer o cálculo da vacinação das pessoas acima de 60 anos. No dia 08/06, somente 40% da população acima de 60 anos havia tomado a segunda dose. Lógico que para pessoas acima de 70,80 anos o número é maior. Mas onde residem essas pessoas? Residem nas áreas centrais, de forma que na média, apenas 40% das pessoas com mais de 60 anos havia tomado a segunda dose. Não acredita que no período de 08/06, até hoje, tenha tido tanta vacina a ponto de chegar a 70/80% de vacinação de idosos acima de 60 anos. Cita Paraisópolis que é um pedaço da Vila Andrade, que a vacina (segunda dose) para 60 anos está em 10%, a média da cidade está em 40%, que é muito baixa. Não acredita que, em um mês, tenha saltado de 40% para 80%, em alguns distritos como Pinheiros, sim. Informação não está sendo claramente divulgada para a sociedade, hoje vacinando pessoas com 38 anos, mas deixando muita gente para trás. Média de mortes reduziu, mas ainda há 80 mortes/dia, que não estão nos Jardins, Morumbi e sum Paraisópolis, Jd. Ângela, Brasilândia, Sapopemba, Grajaú, Cidade Ademar... Diz que o critério da equidade na vacinação não está sendo cumprido no município. SMS tem essas informações e deveria divulgar a cobertura vacinal para que as pessoas saibam como está a situação na sua região, no seu bairro. Conjunto de propostas levantado pela Coalizão é muito importante. Uma proposta diz respeito a um projeto piloto que poderia desenvolver o conjunto dessas ações, de forma articulada e que pudesse ser coroada com uma vacinação territorial de toda a população de mais de 18 anos, de uma vez. Cobertura de 80%, 90% para a segunda dose não será atingida tão cedo e impactará nas regiões mais periféricas. Solicita ao CMS que a proposta de territorialização com prioridade para as áreas de maior vulnerabilidade social e com maior número de casos e mortes, seja realmente levada a sério para avançar no princípio da equidade. Por fim, diz que recebeu denúncia de uma professora que esteve num PS municipal e que saiu com uma receita de medicamento do chamado “tratamento precoce”. Acha um absurdo que as unidades do município estejam receitando Cloroquina, Ivermectina. Deveria ser objeto de uma resolução do CMS proibir qualquer médico da Rede Municipal de receitar esses medicamentos. Governo municipal tem que se manifestar contra a “dita” liberdade do profissional médico de receitar o que vier na cabeça dele.

Miriam Carvalho de Moraes Lavado, Assessora de Gestão Participativa da SMS: Pede para Kayano encaminhar a denúncia por escrito e que há pontos a discutir porque não há uma orientação do Conselho Federal de Medicina a respeito.

Nadir Francisco do Amaral, Conselheiro Suplente representante dos Portadores de Patologias: Fala que a comissão da pessoa idosa precisa ter essas informações, que a SMS precisa repassá-las e que a comunicação é essencial. Que a S

Jorge Harada, Conselheiro Titular representante da Universidade Pública: Diz que dentro do contexto atual o projeto de desenvolvimento não é por incompetência só, mas por crueldade mesmo. É um projeto político bem estabelecido. Com o esgarçamento do pacto federativo que estamos vivendo no âmbito federal, no estado, só com a mobilização institucional e intersecretarial conseguirão fazer o enfrentamento de toda essa situação tão grave que a gente está vivendo e que tem como consequência morte de pessoas, sequelas, mortes muito elevadas ainda, sendo que poderia ter sido evitado. A mobilização da sociedade, a participação dos conselhos de saúde, sobretudo do trabalho realizado pelos movimentos sociais e ressaltar que o SUS tem feito esse enfrentamento, graças aos trabalhadores, as ações que estão ocorrendo nos serviços. Finaliza dizendo que há necessidade de sair para discussão ou o desgoverno aumentará cada vez mais a situação de piora da pandemia.

Jociléia Néia da Costa, Conselheira Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Passa a palavra ao convidado Francisco Freitas.

Convidado Francisco Freitas: Relata a dificuldade existente na relação da SMS com outras secretarias e que a intersectorialidade é fundamental. Prefeito tem que liderar a política. Reafirma a posição do Dr. Jorge Kayano em relação a denúncia sobre a prescrição de medicamento para tratamento precoce e que o quê combate à covid é a vacina, a alimentação, o distanciamento social. Abertura e o fechamento constante do comércio não resolvem o problema. É preciso que a Mesa Técnica tenha resolutividade.

Vita Aguiar de Oliveira, Conselheira Titular representante dos Portadores de Patologias: Corroborar fala de Kayano e ressalta a dificuldade de comunicação com a gestão: município diz que falta remédio, gestão diz que não. Gestores precisam se unir ao controle social e organizar de forma adequada o atendimento para todos. Não é só conversa, mas solução.

Zandra Fátima Baptista, Conselheira Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Pergunta onde se pode conseguir os dados, por bairro, dos idosos que já foram vacinados. Saiu uma Portaria da Assistência Social para reabertura dos Núcleos de Atendimento aos Idosos, mas como abrirão esses núcleos, se não há dados sobre vacinação?

Maria Auxiliadora Chaves da Silva, Conselheira Suplente representante do Movimento Popular de Saúde Leste: Lê fala de Silas no chat e segue leitura de manifestação no chat.

Luiz Henrique Gomes de Souza, Assessor da COVISA: Sobre a Coalizão, fala que houve vários pontos interessantes e que é importante leva-los aos técnicos. Informa que colocou dois links no chat: Vacinômetro e boletim diário covid. Sobre desigualdade social, num primeiro momento a vacinação foi específica para algumas categorias e talvez não tenha sido tão equitativa, mas que neste momento a meta é vacinar toda a população adulta e atingir o público de maneira mais igual Diz que população acima de 70 anos a taxa de vacinação é de 95%, conforme boletim de ontem. Dados por bairro ainda não estão dispostos no boletim, mas sendo solicitados, podem levantar.

Miriam Carvalho de Moraes Lavado, Assessora de Gestão Participativa da SMS: Importante os conselheiros olharem os boletins que estão sendo colocados no site da SMS, que tem prezado pela transparência. Em relação a denúncia apresentada pelo Dr. Jorge, diz que há um protocolo da Atenção Básica, que é a diretriz para os profissionais da Rede, e que não prevê nenhuma das medicações citadas.

Há também um protocolo de acompanhamento dos casos. Fala ainda que o médico tem sua liberdade profissional. Informações têm sido atualizadas com frequência no site e reitera que os conselheiros acompanham os boletins, etc. Conselheiros são grande propagadores das informações que saem da SMS.

José Erivalder Guimarães de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais

Categoria Saúde: Apoia a fala do Dr. Jorge. É preciso fazer um debate aprofundado sobre a questão da vacinação no município de São Paulo. Todos os indicadores estão mostrando que nas regiões mais vulneráveis o índice de vacinação é muito baixo porque não há priorização para esses setores, enquanto nas regiões mais abastadas, os índices estão mais elevados. Dificuldade na política de vacinação é em virtude da política do Governo Federal que nega a ciência. Diz que há uma resolução do CMSSP que nega o uso dos medicamentos para tratamento precoce, e uma recomendação para que o município adote critérios epidemiológicos nos bairros com maior vulnerabilidade. Conselho Federal de Medicina tem uma resolução dúbia sobre o tratamento precoce. Cabe à Prefeitura e o CMSSP cobrarem dos profissionais o cumprimento do protocolo estabelecido.

Maria Auxiliadora Chaves da Silva, Conselheira Suplente representante do Movimento Popular de Saúde Leste:

Lê mensagem do Júlio no chat, esclarecendo que o que há é uma nota técnica contra o uso da cloroquina e não uma resolução.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva:

Passa ao segundo ponto de pauta:
21ª Conferência Municipal de Saúde de São Paulo

Beto Gonçalves, Coalização pela Vida: Gostaria que os documentos da Coalizão passassem pelo CMSSP para ajuda-los na discussão e que possam apresenta-los na Mesa Técnica.

Graça Xavier, Coalização pela Vida: Agradece pela participação.

Luiz Henrique Gomes de Souza, Assessor da COVISA: Agradece pela participação.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva:

Diz que não houve reunião da Comissão Organizadora no dia 01/07, por um erro, e lembra das questões discutidas na última reunião, dos trabalhos das subcomissões, etc. Pergunta para Miriam se há alguma atualização e após seu informe, discorrerão sobre o tema.

Cirlene Souza Machado, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Norte:

Retorna à questão da situação da Covid 19, pergunta à Miriam a respeito de uma unidade em que uma amiga da gerente foi vacinada indevidamente.

Miriam Carvalho de Moraes Lavado, Assessora de Gestão Participativa da SMS:

Responde que não há nenhuma novidade e que a gerente está sumida. Pode verificar se há alguma nova informação e que não deve haver tolerância para isso. Informa ainda que colocou o protocolo da Atenção Básica no chat. Fizeram o exercício de olhar para o desenho da conferência e verificar quais locais poderiam dar problema. A partir disso, com as comissões que conversou, parece que puderam avançar, as pessoas contribuíram, propuseram e esse é o trabalho. Continuam à disposição para realizar a melhor conferência possível. Já entregou os tutoriais para o pessoal da comunicação para começarem a criar os materiais. Acha importante sair com a definição da comunicação visual, pois dará um norte para restante do material.

Mário Francisco França da Silva, Conselheiro Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Fala que o principal entrave para a comissão de comunicação foi a não existência da identidade visual. Tiveram a apresentação de alguns logotipos e gostaria de apresentá-los, hoje, para que possam aprovar. Fez uma enquete, um dos logos tem uma pequena preferência, mas acha que poderiam fazer a escolha aqui. Apresenta as opções.



Nadir Francisco do Amaral, Conselheiro Suplente representante dos Portadores de Patologias: Pede que os conselheiros participem da votação para dar mais credibilidade.

Vita Aguiar de Oliveira, Conselheira Titular representante dos Portadores de Patologias: Diz que a subcomissão de relatoria evoluiu na questão do regimento das pré-conferências, mas que ainda há o regimento da conferência para ser construído. Documento Norteador está sendo construído pelo Celso. Estão trabalhando também para compreender a Plataforma Participe Mais. Participou de reunião da Pastoral da Saúde, na Vila Missionária, relata que as pessoas da região não têm nenhuma informação a respeito da conferência e que possuem as dificuldades com a internet e manuseio dos equipamentos. Olhar para a questão da infraestrutura e trazer as STS para participar do processo. Diz ainda que o trabalho virtual não rende como o presencial e que há a necessidade em se trabalhar mais horas.

Maria Auxiliadora Chaves da Silva, Conselheira Suplente representante do Movimento Popular de Saúde Leste: Concorda com Vita. Informa que o uso da Plataforma Zoom está descartado, pois está autorizado apenas até Agosto/2021. Lembra que a Miriam havia dito em outra reunião, que seriam utilizadas duas plataformas, a Participe Mais e agora, a Microsoft Teams, que voltou a ser utilizada nas reuniões do CMSSP. Precisam de mais orientações sobre o uso dessas plataformas. Comissão está preocupada com a exclusão de pessoas por falta de infraestrutura. Finaliza dizendo que devido a inúmeras atividades não conseguem avançar como queriam.

Pâmella de Freitas Saião Scafura, Conselheira Titular representante da Pessoa com Deficiência: Infraestrutura está prejudicada. Não conseguiram realizar a reunião no dia 02/07. Solicita ao Fábio e a Miriam que um dos dois possa participar das reuniões e que a próxima reunião será realizada no dia 16/07. Visitou o Telecentro do Jaraguá e o mesmo encontra-se fechado. Está preocupada, pois o local que deveria ser apoio está fechado. Relata dificuldade da participação de todos nas reuniões, inclusive já

alteraram datas para que essas pessoas participem. Fica difícil realizar uma conferência virtual sem acessibilidade nos locais mais distantes. Concorde com a Vita que as reuniões presenciais são mais produtivas.

Cirlene Souza Machado, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Norte: Informa que a próxima reunião da subcomissão de credenciamento e homologação será realizada no dia 19/07, às 10h. Relata prejuízo no avanço dos trabalhos da subcomissão porque dependem da produção dos documentos pela relatoria. Diz que o Fábio levará o pessoal responsável pela Plataforma Participe Mais, para que entendam o que a subcomissão quer e se adequem. Acha que esse é um trabalho de mão dupla. Estar com as plataformas bem firmes para que não haja problemas. Propõe o uso do Google Meet, pois acredita que é mais fácil de utilizá-lo.

Zandra Fátima Baptista, Conselheira Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Responde à Cirlene que o Google Meet agora pode ser utilizado por apenas uma hora e, que passando disso, deve ser pago.

Cirlene Souza Machado, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Norte: Diz que esse problema é a SMS que tem que resolver. Se pagar, pode usar.

Elza Calixto Lima, Conselheira Suplente representante do Movimento Popular de Saúde Sul: É da Sul (Marsilac/Parelheiros) e diz que teve que fazer outro plano de internet para melhorar, mas que mesmo pagando tem dificuldades de acesso.

Júlio César Caruzzo, Secretário Geral: Disse que o Mário apresentou os logotipos e que um deles deve ser aprovado hoje, ou no próximo pleno, porque ele é parte principal do processo de divulgação da conferência, tanto em folders, como nos regimentos, no documento norteador...

Adriana Ramos Costa Mateus, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Sudeste: Acrescenta à fala da Pâmella que necessitam de maior participação das pessoas na comissão e que as STS estejam juntas no processo, pois são elas que conhecem os territórios e os espaços disponíveis como CEUS e universidades..

Ricardo Marciano de Souza, Conselheiro Suplente representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Apresenta-se como novo conselheiro indicado para substituir a Maria Aparecida pela FACESP. É do território de Ermelino Matarazzo e conselheiro do CG do Hospital Municipal Dr. Alípio Correa Neto.

Convidado Carlos Lima: Conselheiro da região Perus/Anhanguera, conselheiro da UBS Morro Doce e da UPA Perus. Ressalta a questão da falta de acesso nas regiões periféricas e que terá uma exclusão popular muito grande. Sugere adiar a Conferência. Fala ainda que as plataformas abertas estão fechando e pensar em plataformas híbridas, no You Tube e Facebook. Coloca-se à disposição para contribuir.

Vita Aguiar de Oliveira, Conselheira Titular representante dos Portadores de Patologias: Pergunta ainda se pode votar no logo que não achou local de votação.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva: Pede para o Mário informar via zap para todos.

Mário Francisco França da Silva, Conselheiro Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Pergunta se podem aprovar o logo “Ad-Referendun”, mediante resultado da enquete e concorda que deixando para o próximo mês atrasará todo o trabalho.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva: pergunta para o Júlio.

Maria Auxiliadora Chaves da Silva, Conselheira Suplente representante do Movimento Popular de Saúde Leste: Fala que o CMS somente referendará o mais votado.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva: Repete e vê com Júlio.

Cirlene Souza Machado, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Norte: Pede para o Mário explicar o significado dos logos – acha todos bem feios.

Júlio César Caruzzo, Secretário Geral: Diz que sim. O logo mais votado será apenas referendado no próximo pleno.

Deodato Rodrigues Alves, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Categoria Saúde: Fala que a próxima reunião precisa voltar à questão, se vai ou não realizar a Conferência este ano.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva: Esclarece que quando conversaram (ele e ex-conselheiro Freitas) com o Secretário Municipal da Saúde, expuseram todas as dificuldades já citadas aqui e é isso que tem motivado a alteração na data da conferência. Se perceberem que haverá problemas com a exclusão de pessoas, recolocarão novamente um adiamento para o ano que vem ou quando acabar a pandemia. Não quer discutir isso agora porque quer realizar a conferência, sim e que a discussão precisa ser feita na Comissão Organizadora.

Miriam Carvalho de Moraes Lavado, Assessora de Gestão Participativa da SMS: Diz que muitas coisas previstas para a conferência não estão no cenário virtual e concorda com o Leandro que é preciso definir, se a conferência acontecerá ou não, e que é o CMSSP que tem que tomar essa decisão.

Maria Auxiliadora Chaves da Silva, Conselheira Suplente representante do Movimento Popular de Saúde Leste: Propõe que se faça um cronograma com todas as datas para a próxima reunião.

Deodato Rodrigues Alves, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Categoria Saúde: Acha que tem que ser definido na próxima reunião da Comissão Organizadora, se farão ou não a conferência.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva: Ressalta que não há como fazer a conferência excluindo pessoas. Concorde que o debate tem que ser feito na organizadora e que, do ponto de vista concreto, a conferência será realizada fora de todas as agendas legais, do orçamento, do Plano Municipal de Saúde. Diz ainda que isso não impede de continuarem os trabalhos. Encerra o ponto.

- Credenciamento e Homologação de 15 Equipes Consultório na Rua

- Credenciamento de 200 Equipes Saúde da Família e 2.480 Agentes Comunitários de Saúde

Miriam Carvalho de Moraes Lavado, Assessora de Gestão Participativa da SMS: Apresenta Dra. Silvana Kamehama, diretora da Divisão de Atenção Primária da Coordenadoria de Atenção Básica.

Silvana Kamehama, Diretora da Divisão de Atenção Primária da SMS: Apresenta-se. É diretoria da Divisão de Atenção Primária da Coordenadoria de Atenção Básica. Dentro da Divisão existe a Saúde da Família e o Consultório na Rua. Vem solicitar a aprovação do CMS para encaminhar ao Ministério da Saúde a solicitação de credenciamento, tanto das equipes de Saúde da Família quanto dos Agentes Comunitários e das equipes do Consultório na Rua. Dentro da legislação há a Política Nacional de Atenção Básica que está dentro da Portaria de Consolidação nº 2, de 28 de setembro de 2017. Tipos de equipes:

- Equipes de Saúde da Família
- Equipes de Atenção Primária
- Equipes de Saúde Bucal
- Equipes Consultório na Rua
- Estratégia Agentes Comunitários de Saúde

Listou apenas as que a princípio tem a ver com o município de São Paulo e que são financiáveis pelo Ministério da Saúde.

Equipes de Saúde da Família, no município de São Paulo, são compostas por:

- 01 médico, preferencialmente da especialidade de medicina da família e comunidade;
- 02 auxiliar ou técnico de enfermagem;
- 04 a 06 agentes comunitários de saúde.

A partir de 2019 houve uma desburocratização para serviços e equipes de saúde no âmbito da Secretaria de Atenção Primária à Saúde.

Para solicitar o credenciamento, o município deverá solicitar ao Ministério da Saúde o credenciamento de serviços e equipes, conforme modelo a ser disponibilizado, via ofício ou por meio de sistema de informação específico; dar ciência ao Ministério da Saúde do envio de documento ao CMS ou conselho de saúde, à Secretaria Estadual de Saúde e à Comissão Intergestores Bipartite para conhecimento da solicitação de credenciamento. Farão das duas formas.

Há uma nota técnica de 2020, que diz que as solicitações devem ser feitas via sistema específico. Município de São Paulo possui, hoje, 1655 equipes Saúde da Família. Homologadas pela Portaria de 2019 são 1520. Essas 1520 foram solicitadas ao CMS em 2018 e homologadas em 2019. Agora estão solicitando mais 200, pois as 1520 já são insuficientes. Após a solicitação de credenciamento e a aprovação e homologação pelo MS, o município tem 06 meses para efetivar a implantação dessas novas equipes. Diz ainda que o MS só repassa verba federal para as equipes homologadas.

Em relação aos agentes comunitários de saúde, hoje são 9562, sendo 7458 homologadas pelo MS, por uma Portaria de 2015. Estão solicitando 2430.

Vita Aguiar de Oliveira, Conselheira Titular representante dos Portadores de Patologias: Pergunta, se as equipes e os agentes, cujo credenciamento está sendo solicitado, se já estão trabalhando ou se serão novos.

Silvana Kamehama, Diretora da Divisão de Atenção Primária da SMS: Diz que uma parte já está trabalhando e outra será contratada.

Vita Aguiar de Oliveira, Conselheira Titular representante dos Portadores de Patologias: Gostaria que fosse discriminado o que está entrando e o que já existe, inclusive valores e locais em que estarão essas equipes.

Silvana Kamehama, Diretora da Divisão de Atenção Primária da SMS: Informa que o MS repassa R\$ 1550,00 por ACS, mensalmente. No final do 3º quadrimestre há um novo repasse, espécie de 14º salário. No caso da Saúde da Família, o MS não repassa mais por equipe SF, mas por ações estratégicas. O MS mudou o modo de financiamento do Previne Brasil, repassando por cadastro efetivado, por indicador e por ação estratégica. Antigamente o financiamento para os ACS já vinha acoplado às equipes SF, mas hoje o cadastro é solicitado separado.

Gilberto Frachetta, Conselheiro Suplente representante da Pessoa com Deficiência: Quer saber qual o valor repassado pelo MS, por cadastro.

Silvana Kamehama, Diretora da Divisão de Atenção Primária da SMS: Diz que o repasse é por alcance de meta. Cada ESF tem que ter 4 mil cadastrados de captação precoce. Há um cálculo de que cada pessoa cadastrada valeria por um. Se ela for menos de 5 anos ou maior de 65, se ela for beneficiária do Bolsa Família ou do benefício previdenciário, ela tem uma pontuação de 1.3.

Gilberto Frachetta, Conselheiro Suplente representante da Pessoa com Deficiência: Pergunta se o financiamento é melhor agora ou se era melhor antes.

Silvana Kamehama, Diretora da Divisão de Atenção Primária da SMS: Responde que hoje o município recebe praticamente o equivalente a 2019/2018. Não é só a captação precoce, tem que contar também os indicadores e as ações estratégicas.

Em relação às equipes Consultório na Rua, o objetivo é ampliar o acesso da população em situação de rua aos serviços de saúde, de maneira mais oportuna, atenção integral à saúde para esse grupo populacional, o qual se encontra em condições de vulnerabilidade e com os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados. Equipes CR são organizadas em 3 modalidades:

- Modalidade I – equipe formada por 4 profissionais, entre os quais 2 da letra A e dois letras A e B;
- Modalidade II – equipe formada por 6 profissionais, sendo 3 letra A e 3 letras A e B;
- Modalidade III – equipe da modalidade II acrescida de um profissional médico.

A- enfermeiro, psicólogo, assistente social e terapeuta ocupacional;

B- Agente social, técnico ou auxiliar de enfermagem, técnico em saúde bucal, cirurgião dentista, profissional de educação física e profissional com formação em arte e educação.

Relembra que em 2018 solicitaram o credenciamento de 19 eCR e o MS autorizou 18. No início de 2021 solicitaram o aumento do teto, considerando o censo de 2019 que apontava 24.344 pessoas em situação de rua. Em junho, o MS publicou uma Portaria que ampliou o cálculo máximo de eCR, por município.

Hoje o município de São Paulo tem 26 eCR e 06 equipes Redenção na Rua, que trabalham na Cracolândia. Essas equipes Redenção na Rua são acompanhadas pela Atenção Básica. Só 17 equipes estão homologadas, então estão solicitando o credenciamento de 15 equipes.

Vita Aguiar de Oliveira, Conselheira Titular representante dos Portadores de Patologias: Pergunta onde serão colocadas as equipes do Consultório na Rua.

Silvana Kamehama, Diretora da Divisão de Atenção Primária da SMS: Equipes já estão implantadas, saem às ruas na modalidade 3, são 10 equipes no Centro, mais 6 equipes de Redenção, 7 equipes na Coord. Sudeste, 3 Norte, 2 Oeste, 2 Leste e 2 Sul, temos 6 meses p/ fazer a implantação, mas a previsão é que até o ano que vem, considerando o Plano de Metas, seja solicitado de novo o credenciamento p/ implantação de mais 3 Consultórios de Rua.

Vita Aguiar de Oliveira, Conselheira Titular representante dos Portadores de Patologias: O valor que

virá já está comprometido c/ esse credenciamento p/ os consultórios?

Silvana Kamehama, Diretora da Divisão de Atenção Primária da SMS: Responde que sim.

Jorge Harada, Conselheiro Titular representante da Universidade Pública: Se as equipes já estão implantadas, não tem porquê não credenciar essas equipes de Consultório na Rua, gostaria de ampliá-las, devido aumento da população de rua. Pergunta onde serão implantadas equipes de SF e agentes comunitários de saúde e questiona a forma de repasse de recursos

Silvana Kamehama, Diretora da Divisão de Atenção Primária da SMS: Na questão de ACS, 7468 equipes homologadas, recebem recursos do "Ministério" e tem na Prefeitura 9562 e espera-se que venham mais recursos federais.

Marilda Silva Sousa Tormenta, Conselheira Titular representante do Poder Público: Tem alguma Portaria do MS que destina recursos p/ saúde da família nas Unidades básicas de saúde?

Cirlene Souza Machado, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Norte: Pergunta se o material apresentado será compartilhado com os Conselheiros.

Convidado Carlos Lima: Questiona se virão de fato 5 equipes p/ região noroeste (Perus-Anhanguera), alega aumento de moradores de rua

Silvana Kamehama, Diretora da Divisão de Atenção Primária da SMS: O município não recebe pelo "Quadro Variável", mas pelo "Previne Brasil", os recursos repassados pelos agentes comunitários era do Quadro Variável e continua como "Ações Estratégicas", tanto ele como "Consultório na Rua". "NASF" foi extinto e incorporado ao programa "Previne Brasil". Os profissionais deste "NASF" continuam operando e até ampliaram. Resposta ao Carlos Lima, caso necessite incluir mais implantações, deve-se fazer novo credenciamento junto ao Ministério da Saúde. Ref. Consultórios na Rua, além das já implantadas, serão solicitadas novas através de credenciamento.

Jorge Harada, Conselheiro Titular representante da Universidade Pública: Fala de uma agenda específica que é o Previne Brasil – alerta sobre o desfinanciamento e solicita discussão no COFIN e Políticas de Saúde essas questões acerca do desfinanciamento e redução dos recursos.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva: Coloca em regime de votação a aprovação das solicitações de Credenciamento e Homologação de 15 Equipes Consultório na Rua e de Credenciamento de 200 Equipes Saúde da Família e 2.480 Agentes Comunitários de Saúde.

Aprovado por aclamação.

Deliberações

- **Moção de Apoio à Recomendação nº 12, do Conselho Nacional de Saúde, que Recomenda a rejeição da consulta pública, realizada pelo Ministério da Saúde sobre a denominação "Política Nacional de Saúde Suplementar para o Enfrentamento da Pandemia da COVID-19;**

Nadir Francisco do Amaral, Conselheiro Suplente representante dos Portadores de Patologias: É sobre uma recomendação que todos receberam do Conselho Nacional de Saúde, que fala sobre a Saúde Suplementar, para que os municípios se manifestem contra a proposta de consulta pública pelo Ministério

da Saúde “Política Nacional de Saúde Suplementar para o Enfrentamento da Pandemia da Covid-19”. Diz que encaminhou pela Comissão de Saúde da Pessoa Idosa.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva: Encaminha para votação.
Aprovado por aclamação.

- **Inclusão nas Atas das reuniões ordinárias do Pleno do CMS, as apresentações das palestras realizadas na Comissão de Patologias e Doenças Raras, sobre os temas "Doenças Raras e Patologias de maior prevalência.**

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva: Diz que o que costuma ir para o site é o material dos plenos e não é comum o material das comissões.

Vita Aguiar de Oliveira, Conselheira Titular representante dos Portadores de Patologias: Explica que o material das comissões poderiam fazer parte da ata do pleno, mesmo que as Atas fiquem gigantes, ou então abrir uma aba para as comissões, no site.

Nadir Francisco do Amaral, Conselheiro Suplente representante dos Portadores de Patologias: Fala que as comissões trazem grandes nomes para fazer debates, apresentações e que poderiam colocar, além das atas, as gravações.

Cirlene Souza Machado, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Norte: Diz que tem que ser um lugar no site reservado para isso e que esse material ficará disponibilizado para consulta de outras pessoas.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva: Estão consultando sobre colocar num espaço no site e não nas atas porque as discussões foram feitas nas comissões e não no pleno.

José Erivalder Guimarães de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Categoria Saúde: É só colocar um espaço específico temas que foram discutidos nas comissões e as comissões escolhem o que vai para esse espaço.

Júlio César Caruzzo, Secretário Geral: Concorda.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva: Coloca em regime de votação.
Aprovado por aclamação.

- **Pleno extraordinário, ampliado, para aprovação de diretrizes para inclusão nos instrumentos de gestão.**

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva: Diz que esse é mais um instrumento que deixam preparado, caso tenham dificuldade em fazer a Conferência, ou mesmo que façam, servirá para tratar de questões como o Plano Municipal de Saúde, de tratar diretrizes. Poderá ser um pleno ampliado

para aumentar a participação popular, inclusive para poderem legitimar a aprovação do PMS e outros instrumentos que sejam necessários. Aprofundarão a discussão na Organizadora. Coloca em regime de votação.

Aprovado por aclamação.

Substituição da conselheira Maria Auxiliadora Chaves da Silva pela conselheira Cirlene Souza Machado, na Mesa Técnica da Covid-19.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva: Coloca em regime de votação.

Aprovado por aclamação.

Informes dos conselheiros e das comissões

Vita Aguiar de Oliveira, Conselheira Titular representante dos Portadores de Patologias: Agradece a participação da Auxiliadora na Mesa e deseja boa sorte à Cirlene. Diz que há contradições em informações sobre medicamentos: gestão fala que distribui, município diz que não recebe. Propõe que se convide a Assistência Farmacêutica para o próximo pleno para que expliquem a situação.

Comissão de Patologias e Doenças Raras discutiu a questão da anemia falciforme. Valdete fez uma bela apresentação. Hoje já não é uma doença rara e sim de grande prevalência. Também tiveram a apresentação da Associação Brasileira de Esclerodermia, doença que ataca os pulmões. Houve também debate sobre o Programa de Monitoramento Glicêmico e novas referências a falta de insumos e medicamentos para o diabetes.

Anderson Pereira Lopes, Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Sul: Fizeram ato em frente ao Hospital Municipal do Campo Limpo reivindicando melhores condições de trabalho aos trabalhadores do equipamento e também contra a superlotação. Ato também foi uma reafirmação contra qualquer tipo de terceirização, privatização ou precarização do hospital. Fizeram ato também na Sudeste, na UBS Dr. Joaquim Rossini, contra a fusão de duas unidades e contra a terceirização. Finaliza informando denúncia do Fórum Saúde Sul, sobre carta denúncia recebida de trabalhadores e usuários do Hospital Regional Sul, sobre desvio de recursos. Documento irá para o Ministério Público e o diretor do hospital foi exonerado. Diz ainda que o Hospital Municipal do Campo Limpo agora possui diretor efetivo, Dr. Gustavo, e não mais interino.

Gilberto Frachetta, Conselheiro Suplente representante da Pessoa com Deficiência: Fala que o segmento das Pessoas com Deficiência encaminhou documento para o CMSSP sobre falta de fraldas e medicamentos. Pergunta se o documento foi encaminhado para alguma comissão..

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva: Informa que o documento colocado foi para Políticas de Saúde.

Cirlene Souza Machado, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Norte: Fala que há quatro meses não são distribuídas fraldas. Questiona também a qualidade do produto e diz que misturam os tamanhos dentro dos pacotes. Relata também problemas na distribuição de medicamentos.

Convidado Carlos Lima: Também questiona falta de medicamentos e fraldas na Região Noroeste. Falta Novalgina. Chegou há pouco tempo fraldas infantis, mas faz tempo que está faltando. Sobre

medicamentos, falta também e os medicamentos de uso contínuo. E na região não tem. Reafirma que a qualidade das fraldas é ruim.

Elza Calixto Lima, Conselheira Suplente representante do Movimento Popular de Saúde Sul: - Fala também sobre a falta de medicamentos e fraldas na região Sul, em Parelheiros. Pedem para utilizar o aplicativo, mas quando utilizam ele aponta um local longe e muitas vezes as pessoas não têm recursos para se deslocar.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva: Sugere registrar tudo isso para desdobramento do assunto.

Gilberto Frachetta, Conselheiro Suplente representante da Pessoa com Deficiência: Na Comissão de Políticas de Saúde combinaram de chamar algum técnico para falar do assunto.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva: Sugere que se amplie.

Júlio César Caruzzo, Secretário Geral: Fala que Informes não tem encaminhamento – os Informes vão para a Comissão Executiva que será no dia 15/07/2021.

Miriam Carvalho de Moraes Lavado, Assessora de Gestão Participativa da SMS: Avisa que vai sair de férias.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva: Sugere encerramento e se despede às 18h20.